

## COMO SER UM EDUCADOR ANTIRRACISTA

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160p.

ROSEMEIRE FLORES DA SILVA FREIRE

Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, São Paulo, Brasil.

MÁRCIA FUSARO

Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, São Paulo, Brasil.

Começamos por destacar os 21 anos da Lei n. 10.639/2003, promulgada em janeiro de 2024, que teve o mérito de alterar e atualizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, estabelecendo assim a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo educacional nacional. Depois houve um acréscimo com a Lei n. 11.645/2008, incluindo “Culturas dos Povos Indígenas”. Recordar tais leis é relevante, pois, mesmo após 21 anos, o currículo escolar nacional ainda permanece predominantemente “brancocêntrico” (eurocêntrico) e monocultural.

Tendo em vista este contexto, *Como ser um educador antirracista* (2023), de Bárbara Carine Soares Pinheiro, é um livro essencial para compreender melhor as possibilidades de um projeto dialógico acerca de conceitos e terminologias inerentes ao *letramento racista* – ao racismo ainda tão arraigado em nossa sociedade. Carine analisa casos de racismo sofrido individualmente, quando uma pessoa negra é perseguida pela equipe de segurança de uma loja; racismo institucional, pelo qual pessoas negras têm menos chances de serem contratadas para cargos de liderança; ou racismo praticado contra crianças negras, cujos cuidados e dignidade não são, muitas vezes, respeitados em creches e escolas.

*Como ser um educador antirracista* aborda perspectivas diversas sobre a questão do racismo, a fim de desconstruí-lo e combatê-lo, proporcionando maiores reflexões e horizontes de enfrentamento antirracista: conscientização sobre o aspecto colonialista da linguagem, gestos e ações racistas contra a população (56% do total), entre outros, segundo dados do IBGE de 2022. No Estado da Bahia, por exemplo, 70% da população é negra.

O livro não oferece receitas prontas, mas exhibe parâmetros possíveis e aplicáveis para o êxito de uma educação antirracista e inclusiva, admitindo-se que o convívio com a diversidade representa um ganho nas aprendizagens.

Ao defender uma escola inclusiva e antirracista, a autora afirma também a necessidade de valorização da memória. Reconhecendo influências do *passado* que servem de molde para o *presente*, ela nos leva a reflexões mais aprofundadas sobre o que queremos para nosso *futuro*, já que este depende das crianças e dos jovens que estão sendo formados hoje.

O livro se divide em três partes. Na primeira, são discutidos os conceitos de *racismo*, *racismo estrutural* e *pacto da branquitude*. A autora explica o desafio de criar uma escola antirracista, argumentando que o racismo é um sistema de opressão que aparece sob diversas formas, em diferentes contextos e situações. Na segunda parte,

discute-se a importância de introduzir o ensino de história e cultura afro-brasileiras no currículo escolar, pautando e debatendo suas memórias ancestrais para proporcionar um repertório significativo em termos de representatividade para crianças e adolescentes negros(as). Destaca-se entretanto a importância da literatura para essa educação, a necessidade de fazer leituras referenciais para a formação de pessoas críticas. Na terceira parte, por fim, a autora afirma a importância de uma formação consistente de educadores, dando como exemplo a criação da escola Maria Felipa, a primeira escola brasileira declaradamente antirracista, em Salvador, Bahia.

São tecidas reflexões críticas e construtivas sobre as dificuldades enfrentadas na formação dos professores e funcionários em seu trabalho na escola antirracista, sobretudo porque esses profissionais trazem muitas vezes, de forma inconsciente, experiências e preconceitos colonialistas em suas práticas educativas. A desconstrução de tais atavismos (preconceitos) culturais e comportamentais demanda tempo e estudos coletivos, além de um trabalho de conscientização sobre a necessidade de respeito à diversidade em todas as esferas, dentro e fora da escola: aceitação de educadores homens, educadores/as *trans*, educadores PCD (com deficiência), entre outras possibilidades. Enfim, trata-se da construção de uma prática coletiva e construtiva em prol de uma escola antirracista e inclusiva, mostrando à sociedade um dos princípios das próprias comunidades africanas.

No prefácio ao livro de Bárbara Carine Soares Pinheiro, a educadora Nilma Lino Gomes afirma que o racismo não é algo que se desconstrua sozinho. Essa desconstrução é mais efetiva mediante a desconstrução concomitante de outros fenômenos perversos, tais como machismo, LGBTQIAPN+ *fobia*, capacitismo e fundamentalismo religioso.

Eis uma preocupação do currículo elaborado para a escola Maria Felipa. Chama-se atenção aqui para a importância do nome da escola na representatividade da ancestralidade negra para seus estudantes. Maria Felipa, nascida escravizada na Bahia, tornou-se uma guerreira forte e habilidosa, líder da revolta dos escravizados em 1822. Após esse evento, continuou lutando pelos direitos dos escravizados, liberdade e igualdade. É símbolo de coragem, força e resistência: não poderia haver uma escolha de nome melhor para fundar uma escola antirracista. Na mesma linha, as turmas de educação infantil levam os nomes de reinos africanos e ameríndios pré-coloniais, como Ashanti e Império Maia.

Se pensarmos a escola como uma *microsociedade*, é nela que aparece, em primeira instância, grande parte dos conflitos sociais. Daí a importância de preparar crianças e jovens para se tornarem sujeitos conscientes, conhecedores de suas realidades sociais e historicamente construídas, para que possam aceitá-las como se apresentam ou transformá-las caso julguem necessário, sempre partindo do conhecimento de suas origens e raízes, de seus propósitos e sonhos. Por isso a escuta ativa, afetiva e atenta, deve estar sempre presente em todos os educadores, tal como proposto pela autora de *Como ser um educador antirracista*. Todos os profissionais dessa microsociedade que é a escola têm papéis de educadores, independentemente de suas funções.

Em virtude de sua formação antirracista, a escola Maria Felipa teve a preocupação de preparar todos os funcionários para essa coparticipação na educação

dos estudantes. Lembremos, em diálogo com a autora, que *aprender dói*. Desconstruir o que foi consolidado por tanto tempo na formação de tantos adultos é um processo lento e doloroso. Desconstruir e abandonar antigas práticas, crenças e preconceitos causa desconforto e instabilidade. Contudo, este tem sido o propósito (e o desafio) da formação para o trabalho oferecida por essa escola em Salvador, Bahia. A fim de atender às necessidades das crianças, os adultos precisam antes se despir de preconceitos e discriminações preconcebidas. Conhecer e compreender a diversidade cultural, étnica e racial como algo positivo e valioso, como algo absolutamente bem-vindo. Somente assim é que os educadores poderão atender aos estudantes em suas necessidades específicas e particulares.

Os educadores da escola Maria Felipa são estimulados a tomar consciência de suas práticas, a reconhecer e combater qualquer situação envolvendo racismo ou outro tipo de atitude desrespeitosa em qualquer instância, do porteiro ao professor. Esta escola baiana, cujos alunos são multirraciais e diferentes *backgrounds* sociais, também acolhe estudantes que se comunicam em libras (linguagem de sinais). A legislação sobre o uso de Libras (Lei n. 10.436/02) remonta ao ano de 2002, mas ainda é insuficientemente aplicada nas escolas do Brasil.

“Sejamos doadores de memórias”, escreve a autora (PINHEIRO, 2023, p. 149). Não qualquer memória, poder-se-ia acrescentar, mas especialmente a de matriz africana, essa que proporciona a conscientização do valor inestimável da milenar história (pré-colonial) do povo afrobrasileiro (como, ademais, dos povos ameríndios). No que concerne à nossa memória social, cumpre lembrar que o continente, no período pré-colonial, era habitado por centenas de povos com culturas as mais diversas. Analogamente, essa mesma diversidade também se verificava no Brasil, ante da chegada dos europeus, entre os povos ameríndios nativos. Cada um desses povos tinha sua língua, religião, costumes e tradições.

Os povos africanos eram mestres em agricultura, metalurgia, cerâmica e arquitetura. Os povos indígenas das Américas conheciam profundamente o ambiente das matas, os ciclos de plantação e colheita, ingredientes para preparar remédios naturais, entre outros saberes e habilidades. Quando a cultura hegemônica (eurocêntrica, “brancocêntrica”) oblitera e tenta eliminar essas memórias e a riqueza que elas contêm, relegando-as às sombras do esquecimento, ela põe em curso a homogeneização da diversidade e a destruição das histórias plurais, protagonizadas por povos africanos ou ameríndios, que não se reduzem a uma história única e oficial.

A história dos povos negros e indígenas pode ser rememorada através de conteúdos diversos, como a oralidade transmitida de geração em geração. Assim, um dos temas abordados na escola Maria Felipa é a valorização da *ancestralidade*: “Não há relatos de comunidades indígenas ou povos africanos que tenham construído asilos” (PINHEIRO, 2023, p.95). Outras vertentes rememoradas enfocam a literatura e as artes em várias de suas manifestações: música, dança, pintura, esculturas e arquitetura. Pautada por um inovador e inclusivo calendário, a escola busca dar conta de demandas esquecidas ou negligenciadas nas datas comemorativas de povos negros e ameríndios. Por meio de tais preceitos, a escola Maria Felipa permite à comunidade conhecer mais da riqueza e da diversidade das culturas africana e indígena.

Esse cenário escolar também favorece uma melhor compreensão da história dos negros no Brasil. Existiram escravizados, é verdade, mas também existiram negros nascidos livres no Brasil, indivíduos privilegiados que tinham outras possibilidades de ação e de vida, podendo inclusive lutar em prol da abolição. Pesquisar e conhecer a história dos povos que compõem a variegada sociedade brasileira é uma enorme contribuição em termos de representatividade positiva não somente a crianças e adolescentes, mas a toda a comunidade escolar. Ao contemplar todo um horizonte de diversidade, a educação antirracista permite formar cidadãos mais conscientes da necessidade de respeito às diferenças e singularidades. A Educação deve ser um elemento de transformação social.

O livro também tematiza as controvertidas “cotas”. Trata-se de um assunto muito pertinente no âmbito dos debates sobre racismo e educação antirracista. A autora não discute se as cotas são necessárias ou não, mas parte do pressuposto de que são, ao menos como medida de reparação histórica. É preciso, no entanto, pensar suas condições, pois não basta ter acesso à universidade e obter um diploma o mais rápido possível, não importa como; é preciso muito mais do que isso, proporcionar que o estudante construa sua vida e carreira com uma educação continuada, permanente, sempre aprendendo e adquirindo novos saberes. Para que isso se torne uma realidade social efetiva, são necessárias políticas públicas que proporcionem acesso *físico* aos locais de estudo, incluindo transporte, alimentação e acesso a tecnologias importantes para estudos e pesquisas em tempos digitais.

Nas palavras da autora, “cota é um importante mecanismo de equidade social. É sobre encurtar o caminho de quem precisa percorrer duas, três vezes mais o percurso de quem tem todas as condições de subsistência garantida. Cotas são mecanismos políticos de reparação histórica, e não esmola” (Pinheiro, 2023, p.140).

Frente aos desafios da atualidade, em se tratando de educação e combate ao racismo, as colocações de Bárbara Pinheiro são de absoluta importância. Elas nos levam a refletir sobre os sonhos possíveis para os quais crianças e jovens são educados, assim como os sonhos nos movem como educadoras e educadores. Mais do que isso, fica-nos, ao final da leitura de *Como ser um educador antirracista*, a seguinte reflexão: como começar a colocar esses sonhos em prática?

Resenha recebida em: 19/03/2024  
Aprovada para publicação em: 11/10/2024

---

ROSEMEIRE FLORES DA SILVA FREIRE: Mestranda em educação pela Uninove – programa de mestrado em gestão e práticas educacionais – (PROGEPE). Cursos Pedagogia (UNICID/1998), História (UNIMES/2019), Artes Visuais (MOZARTEUM/2016). Atualmente Professora Orientadora da sala de leitura (POSL) Emef Arquiteto Vilanova Artigas – SMESP.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4087-2979>  
E-mail: [rofloresfreire@yahoo.com](mailto:rofloresfreire@yahoo.com)

FREIRE, R. F. da S.; FUSARO, M.

---

MÁRCIA FUSARO: Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC\_SP) com pós-doutoramento em Artes (UNESP), mestra em História de Ciência (PUC\_SP), especialista em Língua, Literatura e Semiótica USJT). Professora e pesquisadora dos programas de pós graduação, em Educação da Universidade Nove de Julho, em São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1246-9282>

E-mail [profmarciafusaro@gmail.com](mailto:profmarciafusaro@gmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).